



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 89/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1841/2007 (8 volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** SEDUC.

**4- Exercício:** 2006.

**5- Responsáveis:** Sr. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC e Sra. Marly Honda de Souza do Nascimento, Secretária Executiva e Ordenadora de Despesa da SEDUC, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAD – Relatório Conclusivo nº 28/2015 (fls. 1543/1551) e Informações nº 69/2015 (fls. 1567/1569) e nº 154/2015 (fls. 1582/1583).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 472/2015–MP–ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 1553/1566).

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas. SEDUC. Exercício 2006.

*Glosa. Prazo. Contas Irregulares. Multas. Determinações à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Glosar** o montante de R\$ **4.579.901,89** (quatro milhões, quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e um reais e oitenta e nove centavos), referente às impropriedades 03, 08 e 12, do Relatório/Voto, considerando os Srs. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado e Marly Honda de Souza do Nascimento, Secretária Executiva da SEDUC e Ordenadora de Despesas, em ALCANCE, nos termos do art. 304, IV, da Res. nº. 4/2002, pelos motivos:

“03 – Quanto ao Contrato nº. 54/2006, de 07.04.2006 – CONSTRUCOM – Construções Comércio e Representações LTDA – Obras e Serviços de Engenharia para a reforma Geral da Escola Estadual Dom João de Souza Lima, localizada na Av. Timbiras, s/n – Cidade Nova I - Manaus – AM, os gestores não apresentaram instrumento de defesa relativo ao Recurso aplicado e não comprovada sua devida execução, no montante de R\$ 1.888.713,16 (um milhão, oitocentos e oitenta e oito mil, setecentos e treze reais e dezesseis centavos);

08 - Quanto ao Contrato nº. 106/2006– ECONCEL – Empresa de Construção Civil e Elétrica LTDA – Obras e Serviços de Engenharia para construção de Escola Padrão com 12 salas de aula e ginásio coberto para atender as necessidades das



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 89/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

comunidades Alfredo Nascimento, cidade de Deus, Val Paraíso e Monte Sião, localizadas em Manaus/AM, os gestores não apresentaram instrumento de defesa relativos ao Recurso aplicado e não comprovada sua devida execução, no montante de R\$ 2.080.502,13 (dois milhões, oitenta mil, quinhentos e dois reais e treze centavos);

12 - Quanto ao Contrato nº. 03/2006 – N. V. Construção e Comércio LTDA – Obras e Serviços de Engenharia para a construção de escola padrão com 24 salas de aula com quadra poliesportiva coberta no Conjunto Cidadão IV – Bairro Cidade Nova - Manaus – AM, os gestores não apresentaram instrumento de defesa relativos ao Recurso aplicado e não comprovada sua devida execução, no montante de R\$ 610.686,60 (seiscentos e dez mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos);

**9.2- Fixar o prazo** de 30 (trinta) dias, para que os responsáveis recolham o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a” da Lei n. 2423/96 e art. 308, §3º, da Res. nº. 04/2002). Expirado o prazo estabelecido, o referido valor deverá ser inscrito na Dívida Ativa do Município, seguida de imediata **Cobrança Judicial** cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

**9.3- Julgar IRREGULAR**, com fulcro no art. 1º, III, 22, “b”, da Lei n. 2.423/96; e art. 188, §1º, III, “b”, da Res. nº. 4/2002, a Prestação de Contas, exercício de 2016, da SEDUC, de responsabilidade dos Srs. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado e Marly Honda de Souza do Nascimento, Secretária Executiva da SEDUC e Ordenadora de Despesas;

**9.4- Multar**, individualmente, os Srs. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado e Marly Honda de Souza do Nascimento, Secretária Executiva e Ordenadora de Despesas, na forma prevista no art. 1º, XXVI e artigo 52 da Lei n. 2423/1996 - LOTCE, nos seguintes valores:

**9.4.1- R\$ 5.480,15** (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), na forma prevista no art. 308, II, da Res. nº. 4/2002 - RITCE, alterada pela Res. nº. 25/2012, correspondente a R\$ **1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), por mês de competência (janeiro, fevereiro, março, abril e agosto, do exercício de 2006), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, fora do prazo fixado no art. 4.º da Res. nº. 7/2002–TCE;

**9.4.2- R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), de acordo com o art. 308, VI, da Res. nº. 4/2002, alterado pela Res. n. 25/2012, referente aos atos praticados com grave infração à norma legal indicados nos itens nºs. 02 (2.1 a 2.32); 03 (3.1 a 3.32); 04 (4.1 a 4.32); 05 (5.1 a 5.32); 06 (6.1 a 6.32); 07 (7.1 a 7.32); 08 (8.1 a 8.32); 09 (9.1 a 9.32); 10 (10.1 a 10.32); 11 (11.1 a 11.32); 12 (12.1 a 12.32); 13 (13.1 a 13.32); 14 (14.1 a 14.32); 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35 (35.1 e 35.2); 36 (36.1 e 36.2); 37 e 38 do Relatório/Voto;

**9.5- Fixar o prazo** de 30 (trinta) dias (art. 174 do RITCE), para que os Srs. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado e Marly Honda de Souza do Nascimento, Secretária Executiva e Ordenadora de Despesas, recolham aos cofres da Fazenda Estadual os valores das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nos autos, os quais deverão ser atualizados monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 89/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

(art. 55, da Lei n. 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002 – RITCE;

**9.6- Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

**9.6.1- Remeta** à atual Administração da SEDUC, cópias autênticas do Relatório Conclusivo nº. 193/2014-DICOP, às fls. 1516/1535; do Relatório Conclusivo nº. 28/2015/DICAD-AM, às fls. 1543/1551; e do Parecer Ministerial nº. 472/2015-MP-ESB, às fls. 1553/1566, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras;

**9.6.2- Notifique** os Srs. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário de Estado e Marly Honda de Souza do Nascimento, Secretária Executiva e Ordenadora de Despesas, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o recurso;

**9.6.3-** Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, **adotar as providências** do artigo 162, §2º, do RITCE.

**10- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 03 de Fevereiro de 2016.

**12- Especificação do quorum: Conselheiros:** Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Relatora

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral